



Ministério da Saúde
Conselho Nacional dos Secretários de Saúde
Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE – CIT
PRINCIPAIS DISCUSSÕES E CONSENSOS DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2011
24 DE MARÇO DE 2011

Apresentação Inicial

Luiz Odorico Monteiro de Andrade, Secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde - SGE/MS saúda Beatriz Dobashi, presidente do CONASS, Antônio Carlos Nardi, presidente do CONASEMS, Márcia Amaral, Secretaria Executiva e demais secretários do Ministério da Saúde.

Informa sobre reunião profícua ocorrida com o Ministro Alexandre Padilha, com participação de CONASS e CONASEMS, para discussão de temas afetos à Rede Materno Infantil e Intensificação das ações de Prevenção do Câncer de Colo de Útero e de Mama.

Beatriz Dobashi, Presidente do CONASS, comunicou sua reeleição, e apresentou os componentes da nova diretoria.

Afirma ainda que o CONASS vem discutindo sobre a importância da CIT se tornar um espaço político, como ocorreu em 2010 na avaliação do Pacto pela Saúde e a discussão de Rede de Atenção à Saúde, sendo que esta última requer um aprofundamento acerca da fixação de profissionais e fortalecimento da Atenção Primária. Propõe que o GT de Atenção à Saúde já se reúna para discussão dos desdobramentos deste tema, e que na próxima reunião da CIT já sejam trazidos os primeiros resultados. Lembra ainda que o tema foi abordado pelo Ministro em seu discurso de posse, e que está como prioridade da Presidenta Dilma.

Luiz Odorico Monteiro de Andrade afirma que o Ministro da Saúde Alexandre Padilha entende que a Atenção Primária é uma política de governo e de estado, que envolve o problema de fixação de profissionais, estrutura da rede, e outros, que devem ser enfrentados. Acata por parte do Ministério que a discussão seja desencadeada no GT da Câmara Técnica e que na reunião da CIT de abril sejam apresentados os primeiros resultados.

Antônio Carlos Nardi/CONASEMS parabeniza CONASS pela sensatez na recondução de Beatriz Dobashi à presidência, reiterada pelo Secretário Luis Odorico.

Aparecida Linhares Pimenta/CONASEMS propõe a instituição de cronograma de prioridades de implementação de políticas a curto, médio e longo prazo.

Decisões / Encaminhamentos

1. Homologações e Certificações

a) Termos de Compromisso de Gestão Municipal e Contrato de Ação Pública (relação anexa) - SE. DAGD/SE.

a) Homologados.

2. Discussões

a) Rede Materno Infantil – Rede Cegonha. SAS/MS.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Concorde com CONASS e CONASEMS quanto à necessidade de se avançar na discussão sobre Atenção Primária e afirma que está há três meses vem trabalhando no aprimoramento dos aspectos de financiamento, formatos de equipes, e fixação de profissionais. Destaca a necessidade de se construir consensos sobre os componentes necessários para a consolidação de Redes de Atenção, e da atenção especial que deve ser dada à Rede Materno Infantil, Urgência e Emergência e Saúde Mental, com foco no combate ao crack. Enfatiza ainda que as UPAs tem que ser trazidas para o conceito de Redes de Atenção.

Quanto à Rede Cegonha, destaca a que a iniciativa tem o objetivo de se dar um peso político e financiamento adequado para a qualificação da Assistência Neonatal e Obstétrica, visto que o país ainda mantém taxas elevadas de morbi-mortalidade materna e infantil, sobretudo a neonatal, e uma Rede de Atenção fragmentada e pouco resolutiva.

Faz apresentação acerca do tema, com destaque para alguns pontos;

- ✓ Reconhecimento de déficit no pré-natal, com os recursos hoje disponíveis;
- ✓ “ Peregrinação” da gestante no pré-natal, que hoje é uma realidade;
- ✓ Práticas de parto e nascimento ainda precárias;
- ✓ Fragilidade na atenção à criança – não há fluxo integral de cuidados para doenças triadas;
- ✓ Déficit de pré natal de alto risco;
- ✓ Necessidade de qualificar partos domiciliares;

São apresentados os seguintes componentes que serão desenvolvidos para operacionalização da política:

1. Rede e práticas de atenção;
2. Implantação da Rede no território
3. Educação e Gestão do trabalho;
4. Mobilização institucional e governança;
5. Monitoramento e avaliação;

MINISTÉRIO DA SAÚDE faz destaque para os seguintes pontos a serem priorizados:

- ✓ Estabelecer agenda de implementação da Rede, que faça parte de um contrato

interfederativo, com clareza de resultados, que fortaleça o Pacto pela saúde;

- ✓ Incentivo à Educação Permanente;
- ✓ Regulação profissional clara;
- ✓ Celebrar um Termo de Compromisso entre MS, CONASS e CONASEMS, visando intensificar a organização de uma rede de cuidados materno.
- ✓ Discutir a operacionalização da Rede Cegonha no GT de Atenção à Saúde

CONASEMS aprova o mérito da proposta, reafirmando a necessidade de se aprofundar e aprimorar a política, valorizando as experiências que já ocorrem nos estados.

Afirma a necessidade de adoção de práticas seguras em relação ao Parto.

CONASS pondera que a apresentação não foi a mesma feita na assembléia do CONASS e destaca o fato de políticas serem lançadas sem uma discussão tripartite prévia, o que acarreta conseqüências para os gestores, que são cobrados pelo Ministério Público, Conselhos e imprensa sem estarem informados e envolvidos na questão. Destaca ainda que foi decidido de forma tripartite que não se pactua mais nenhuma política sem garantia de financiamento.

Reitera posição do CONASEMS de que o tema seja remetido no GT da Câmara Técnica para discussão sobre a operacionalização e mecanismos de financiamento tripartite.

Afirma, portanto, que não há dúvida em relação ao mérito.

CONASS apresenta ainda as seguintes sugestões:

- ✓ Instituir financiamento que rompa com os atuais paradigmas, destacando que a política pode robustecer se forem identificadas as reais necessidades de recursos. Sugere que o financiamento seja feito por captação de gestante.
- ✓ Investimento de profissionais Enfermeiros para atuação no Serviço Obstétrico;
- ✓ Garantia de pediatra na sala de parto apenas nas situações de risco;

MINISTÉRIO DA SAÚDE destaca que esta proposta faz parte de um resgate de dívida que o Sistema Único de saúde tem com as mulheres, e que acata todas as considerações feita por CONASS e CONASEMS.

ENCAMINHAMENTO:

Remeter a discussão dos desdobramentos da política ao GT de Atenção à Saúde.

<p>b) Intensificação das ações de Prevenção do Câncer de Útero e de Mama. SAS/ MS.</p>	<p>MINISTÉRIO DA SAÚDE faz apresentação acerca da Intensificação das ações de prevenção do Câncer de Colo de Útero e de Mama, com vistas ao alcance dos seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Atingir 75% das mulheres entre 25 e 59 anos realizando anualmente o exame preventivo;✓ Reduzir a menos de 5% os exames insatisfatórios;✓ Garantir 100% de tratamento das mulheres com lesões precursoras. <p>Dentre as ações a serem desencadeadas, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Criar financiamento específico para exame preventivo;✓ Fortalecer o controle de qualidade dos exames;✓ Induzir a escala de produção dos laboratórios no Norte e Nordeste;✓ 20 novos centros especializados em diagnóstico e tratamento das lesões iniciais;✓ 20 novos centros para qualificar ginecologistas;✓ Monitoramento do funcionamento de mamógrafos;✓ Financiamento específico para o exame de mamografia com qualidade para mulheres com 40 anos e mais;✓ 32 novos serviços especializados em tratamento oncológico, com radioterapia e quimioterapia;✓ 48 novos equipamentos de radioterapia. <p>CONASS afirma que o lançamento já ocorreu, e que o tema deve ser remetido para o GT de Atenção à Saúde para aprimoramento e estudo da operacionalização. Destaca a importância de que as políticas discutidas nesta assembléia estejam em consonância com as prioridades do Pacto pela Vida.</p> <p>Apresenta algumas sugestões para qualificação do processo:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Base de dados de mulheres seja melhorada com parceria com TSE;
--	--

✓ Digitalização de mamógrafos para transmitir exames à distância, usando recursos de universidades;

✓ Ampliar possibilidades de coletas de material com outros profissionais de saúde;

CONASEMS faz alguns destaques:

✓ Campanha mais intensa para conscientização das mulheres da necessidade de realização do exame;

✓ Discussão sobre laboratórios que estão sob gestão estadual, que tem um atraso no retorno dos exames;

✓ Necessidade de capacitação na coleta dos materiais, visto que mais de 50% das amostras são consideradas inadequadas;

✓ Inclusão de mulheres na faixa de 50 anos nas campanhas de publicidade. ´

✓ Inovar nas experiências de captação de mulheres para realização de mamografias, a exemplo da experiência de Fortaleza e outras.

MINISTÉRIO DA SAÚDE destaca ações que já estão sendo desencadeadas:

✓ Revisão da Política Oncológica;

✓ Implantação de Banda Larga em todas as unidades de saúde do país.

ENCAMINHAMENTO:

Remeter a discussão dos desdobramentos da política ao GT de Atenção à Saúde.

ALEXANDRE PADILHA, MINISTRO DA SAÚDE: inicia sua fala destacando a importância do momento político, que está propício à realização de muitos avanços no Sistema Único de Saúde. Informa sobre o debate da saúde ocorrido no Congresso Nacional, agradecendo a participação de CONASS e CONASEMS. Ressalta a importância de se manter um fluxo permanente de articulação com os parlamentares.

Destaca o sucesso do evento de Manaus e agradece o Secretário de Estado de Saúde do Amazonas, Wilson Duarte Alecrim, pela mobilização e organização do evento e o apoio do Presidente do CONASEMS, Antônio Carlos Nardi.

Parabenizou a iniciativa da discussão das políticas prioritárias pela CIT, e destaca ser fundamental o Programa Nacional de Controle de Qualidade dos mamógrafos no país.

Solicita atenção permanente no controle da dengue, considerando que nos meses de março, abril e maio há uma tendência de maior incidência de casos.

	<p>Faz uma crítica em relação a muitas políticas que foram publicadas em portaria e não operacionalizadas. Destaca que o processo de pactuação deve ter desdobramentos em ações e monitoramento.</p> <p>Informa sobre o lançamento da Rede Cegonha que vai ocorrer em Minas Gerais no dia 28 de março de 2011.</p>
--	--

3. Informes (anexos)

- 1) Procedimentos para fornecimento/dispensação do medicamento GLIVEC. SAS/SCTIE/MS.
- 2) Seminário nacional de provimento e fixação de profissionais em áreas remotas, isoladas e de maior vulnerabilidade. SGTES/MS.
- 3) IDISA online-Projeto de cooperação SGEP – IDISA junto a COSEMS e Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde. SGEP/MS.
- 4) SARGSUS - Instrumento de Apoio ao relatório de Gestão. SGEP/MS.
- 5) Portaria do Cartão Nacional de Saúde e da Interoperabilidade. SGEP/MS.
- 6) Acórdão nº 16/2010; Programa Nacional de Combate à Dengue. SE/MS. Dra. Márcia Amaral, Secretária Executiva do Ministério da saúde, informa sobre o Acórdão do TCU que versa sobre as responsabilidades dos estados no cumprimento de metas pactuadas em relação às ações de combate à Dengue. Informa que o documento será disponibilizado no site do Ministério da Saúde.